

**ELIONE CASTRO BRUZACA**

**O projeto modernizador e as contradições da política higienista  
evidenciadas no processo de urbanização em Belém do Pará (1890-  
1920): o caso da Praça da República**

**PUC-SP**

**2013**

**ELIONE CASTRO BRUZACA**

**O projeto modernizador e as contradições da política higienista  
evidenciadas no processo de urbanização em Belém do Pará (1890-  
1920): o caso da Praça da República**

**Monografia para obtenção do título  
de Especialista em História, Sociedade e Cultura  
sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Fabiana Scoleso**

**PUC-SP**

**2013**

*"I choose not the suffocating anesthetic of the suburbs, but the violent jolt of the capital, that is my choice" .*

*Virginia Woolf, The Hours.*

## **AGRADECIMENTOS**

**Aos meus pais, pelo amor e confiança.**

**À Isadora, pelos lindos desenhos, conversas e sonhos compartilhados. Tão pequena e já aprecia o que realmente importa na vida.**

**À Rafaela e Vanessa, pela caminhada.**

**À Professora Fabiana Scoleso, por sua dedicação e inspiração.**

## **O projeto modernizador e as contradições da política higienista evidenciadas no processo de urbanização em Belém do Pará (1890-1920): o caso da Praça da República.**

### **Resumo:**

O presente trabalho aborda o processo de urbanização em Belém, a partir do espaço da Praça da República e entorno procurando evidenciar com base no projeto de reforma e modernização da cidade, ocorrida no período de 1890 a 1920, a forte política de limpeza social empreendida pelas elites locais e alguns dos conflitos vivenciados pela população em relação ao espaço da praça e seu entorno. A partir da análise bibliográfica sobre o tema, pesquisar a implantação da política higienista e disciplinadora do espaço e as possíveis formas de resistências, assinalar como tal política marcou a transição da cidade pobre para cidade que se pretendia civilizada, marca das metrópoles na passagem do século XIX para o século XX, e que caracterizaram a tentativa de eliminação dos atores sociais que compunham a classe pobre e sua exclusão do cenário urbano então idealizado.

**Palavras-chaves:** Belém, Praça da República, Modernidade, Higienismo, Poder.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO I - AS CIDADES MODERNAS.....</b>	<b>14</b>
1.1 Urbanização das cidades brasileiras.....	18
1.2 A purificação dos espaços.....	21
1.3 O bairro da Campina e a Praça da República.....	25
<b>CAPÍTULO II - A Política "civilizatória" de Antônio Lemos.....</b>	<b>34</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>42</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>45</b>

## **Introdução:**

Na área central da cidade de Belém está o objeto de reflexão do presente trabalho: A Praça da República, um lugar<sup>1</sup> que pode ser definido como o coração da cidade. Tal alusão, ao coração, muito se assemelha à utilizada por seus idealizadores, embora hoje esteja muito mais próxima de uma qualificação simbólica e de representação que tal espaço adquiriu para os moradores da cidade, enquanto que, à época de sua construção, estava intimamente ligada à idéia de bombear vida para as demais vias na metrópole e ainda, fazendo referência a termos que remetessem à saúde do corpo humano, em acordo com a construção do ideário citadino nos moldes da virada do século XIX para o XX.

Ao observarmos a Praça da República podemos perceber duas faces: local de lazer, muito aprazível e preservado pelo poder público e pela população, considerada área nobre, rodeada de prédios de alto padrão ( hoje tais construções substituíram os palacetes que alí foram construídos pela elite proveniente da exploração da borracha) e equipamentos culturais que remetem a um certo grau de cultura ou de consumo das classes mais privilegiadas e, à noite, local dos moradores de ruas (que parecem ser invisíveis à paisagem urbana embotada do dia), com um grau relativo de "perigo" por possuir em suas mediações as ruas que são conhecidas pela população como vias de acesso às drogas, bares, prostituição e decadência de uma parte da cidade associada à violência. São duas faces que trazem na própria história de construção da praça as diferenças sociais que marcam esse espaço e que, apesar de aparentemente conviverem, possuem conflitos intensos na rede de suas relações.

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho se fará referência às categorias de análise Lugar, Paisagem e Espaço sendo portanto, interessante observar como tais categorias são entendidas geograficamente: Lugar é entendido como algo que abarca uma escala local ou regional, congrega um grupo de indivíduos e lhe é atribuído a importância da interação, ou seja, as relações de afetividade e construção que os indivíduos desenvolvem com o ambiente em questão. Paisagem remete a algo cuja a sensibilidade humana lhe é inerente, uma vez que os sentidos são essenciais para que haja uma apreensão de determinada realidade, que sofre a transformação do tempo, "construída através do acúmulo e acontecimentos ou eventos passados", com suas mudanças e permanências. Espaço será entendido desde sua acepção mais geral que condiz a uma determinada localização no globo, ou como modo particular, específico da atuação do homem sobre determinada parte escolhida, como por exemplo o centro, na cidade. Ver: LISBOA, Severina Sarah. A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos escolares. Revista Ponto de Vista-vol 4, 2007.

<http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume04/importanciaConceitosGeografia.pdf>

Acessado em: 21.08.13

A paisagem urbana que demarca o espaço da praça e de seu entorno, o bairro da Campina, merecem portanto atenção, uma vez que alí fatores como a diversificação social dos moradores e frequentadores ou as atividades praticadas contribuem para a verificação das contradições que vão surgindo a partir do aumento da cidade ou como, nesse espaço específico, já poderiam ser evidenciadas desde o momento de sua constituição. Nesse sentido, a tentativa do poder público com as chamadas "políticas higienistas" de tornar tal espaço o símbolo de uma nova mentalidade na virada do século XIX para o XX, qual seja a mentalidade baseada nos ideais modernos e de civilidade, não foram o suficiente para tornar inexistente a presença da camada pobre da população, que alí marca a sua resistência das mais variadas formas, em favorecimento de uma elite que sempre pretendeu o direito à tal espaço.

O que é a Praça da República enquanto espaço central, o que representa para a memória da população belenense, qual a sua importância na vida pública dos seus frequentadores e moradores? Essas são perguntas que podemos fazer ao observar tal espaço hoje, e que engendram uma gama de significados que percorrem, desde a sua construção, os lados da riqueza e da pobreza enquanto marcadores de vida nas cidades, bem como uma nova forma dos governos de vigiar tais espaços através da higienização dos ambientes e disciplinarização dos indivíduos. Ao estudarmos a história da praça e ao observarmos ela hoje é possível perceber uma permanência, apesar das intenções do poder público em transformá-la em lugar de deleite das elites: a presença popular.

Constituindo um dos espaços públicos mais importantes hoje na vida do povo paraense, a Praça da República é inquestionavelmente um importante símbolo da cidade. Interessante observar que embora seja um local de reunião para o lazer aos finais de semana ( congregando um público muito diverso entre turistas, artistas, comerciantes, moradores, visitantes provindos das regiões mais periféricas da cidade e municípios muito próximos) ou ainda, um lugar de manifestações e reivindicações políticas, logo existindo de fato enquanto espaço na vida social, econômica e política da cidade, a referência de Belle Époque<sup>2</sup> também é muito forte nos discursos de seus admiradores, administradores e da camada mais intelectualizada da cidade. Sendo

---

<sup>2</sup> Período de profundas transformações artísticas e culturais ocorridas na Europa no final do século XIX e que se estenderam até 1914, tendo no Brasil a sua versão geralmente associada ao período de reformulação urbana das cidades brasileiras financiadas pelos economias do café ou neste caso, da goma elástica na Amazônia.

assim, constitui-se também um lugar de memória<sup>3</sup>, um lugar que através do seu processo histórico foram-lhe sendo atribuídos usos e significados os mais diversos, sugerindo leituras e interpretações que inclusive podem variar entre as classes sociais e implicando identidades diferenciadas, ou até mesmo, significar "restos de memórias", lembranças apenas existentes em relação a algo que se evoca mas não se vive. Como referência de um período áureo ela pode variar em suas atribuições e significados, como no discurso de uma elite nostálgica, exaltando atribuições representantes da ordem, beleza e política que prezava pela cidade na "época de Lemos", ou como refúgio para os excluídos, marginais, boêmios. Tal diferença entre o que se vê no dia-a-dia da cidade ( a praça como elemento pulsante na vida urbana) e o que se reproduz em discursos nostálgicos e práticas institucionais como em políticas culturais que por exemplo, privilegiam projetos voltados para o público mais culto e elitizado<sup>4</sup>, nos levam mais uma vez a afirmar que ali, naquela área central, reside uma forte contradição entre projetos de idealização do espaço e a experiência dos seus habitantes e frequentadores. O que me parece, portanto, uma luta histórica pelo direito de estar naquele espaço da cidade.

A Praça da República representa na cidade de Belém no momento de sua construção, o local de tensões, contradições e lutas vivenciadas pela população do entorno que maciçamente foi alvo de expulsão para que a elite paraense, começando a se projetar no cenário nacional pudesse materializar o seu ideário de civilização através da política higienista. Ostentando a beleza advinda do modelo de urbanização europeu e por outro lado, relegando a população pobre surgiram transformações urbanas marcantes na cidade de Belém, patrocinadas pela elite local através de intervenções na cidade e com base no discurso de uma política de higienização e racionalização urbana, alavancando o processo de segregação social e espacial vivenciado no final do século

---

<sup>3</sup> O conceito "Lugares de Memória" de Pierre Nora é utilizado aqui, pois congrega dois aspectos importantes para a presente análise : o espaço físico ( material, da praça) como suporte para a memória coletiva( imaterial) de seus habitantes. Ver: ARÉVALO, Márcia conceição da Massena. Lugares de Memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. ANPUH, v. 3 n° 7, 2005. Acessado em: 21.08.13.

[http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=62](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62)

<sup>4</sup> Em Julho de 2013, durante a escrita do presente trabalho, acontecia em Belém um movimento intitulado Chega!, liderado pela classe artística paraense contra as políticas do Estado que privilegiam o público e artistas beneficiados pelos incentivos culturais em detrimento aos projetos da periferia e dos interiores do Estado. Os eventos Terruá Pará e Festival de Opera de Belém 2013 foram marcados por intervenções artísticas de protesto no Teatro Margarida Schivasappa e Praça da República, respectivamente, e que segundo suas reivindicações, exigiam a mudança de política apoiada numa visão elitista e que não dá acesso à população.

XIX, portanto, se configurando em uma política de verdadeira higienização social, política esta articulada desde o âmbito da saúde até o âmbito da moral, fortalecida por uma série de imposições e restrições à população.

As políticas higienistas e a população do entorno que foram alvo de tal política caracterizam o foco de estudo do presente trabalho, uma vez que nessas duas esferas podemos apreender tanto o discurso quanto a prática do que veio a ser a modernização da cidade de Belém do Pará, transformando a Praça da República em ícone da Belle Époque paraense e um espaço marcado pela contradição excludente, mas também um espaço de reivindicação e resistência.

A praça faz parte da vida cultural da cidade, congregando hoje artistas, comerciantes, lugar de encontro para a juventude, palco da vida política de estudantes, classe trabalhadora, partidos, movimentos sociais, ocupações. Espetáculos teatrais ou da cultura erudita são nela recebidos, bem como a expressão artística popular, de rua ou marginal que na maior parte das vezes, sem o apoio das políticas institucionais, se fazem presente. Conhecer o processo histórico que deu tamanha importância para este espaço, bem como enxergar a face dos excluídos no processo de urbanização que possibilitou a atual configuração desta, norteiam os objetivos da pesquisa a respeito deste assunto, qual seja, entender como as políticas de higienização e racionalização do espaço da Praça da República em Belém influenciaram o que ela nos apresenta em suas contradições que podem ser evidenciadas ainda hoje, criando uma linha limítrofe entre cidade rica e cidade pobre, salientando que não se trata da periferia para onde comumente são expulsas a população frente ao crescimento das cidades, mas uma área central que continua congregando duas faces: a elitista e a marginalizada.

Partimos assim, de uma análise histórica situada no momento conhecido como Belle Époque Paraense (1890-1920) tendo no estudo desse período um modelo importante das mudanças que acompanharam também o advento da República no Brasil, caracterizando, portanto, o processo que deu início ao projeto político de modernização, de acordo com os moldes das potências industrializadas. A passagem de uma economia quase que totalmente agrária e escravista para uma forma diferente da exploração capitalista, na qual a nova tônica seria o trabalho livre com a livre circulação de capitais, e ainda a continuação de uma política voltada para a facilitação da exploração de matéria-prima pelas novas potências (BATALHA, 2003),

incentivaram toda uma política voltada para a modernização da ex-colônia, experimentando as mudanças desta nova forma de produção, com a diversificação da sua mão-de-obra (mão de obra mais barata, também feminina e de imigrantes), mecanização do trabalho, investimentos em ferrovias e portos para o escoamento da produção. O crescimento das cidades se deu concomitante à miséria e repressão sobre a gente que agora se acumulavam nesses novos centros urbanos, o que se verificou na área central da cidade de Belém.

A economia de exploração da borracha na região amazônica, neste caso na cidade de Belém, representou numa esfera de comparação no contexto nacional, o que o café representou para as economias do sudeste no sentido de proporcionar um apogeu econômico e representar a economia frente o mercado externo. Tal economia financiou consideravelmente as reformas urbanísticas empreendidas na cidade, durante o governo de Antônio Lemos (1897-1911), e nos moldes da urbanização liderada por Pereira Passos no Rio de Janeiro a partir de 1902 (inspirada na grande reforma urbana de Paris feita por Haussmann entre os anos de 1852 e 1870), tentou trazer para o país o modelo europeu de modernização das cidades.

Pensando a questão da herança do Brasil colônia e o advento, quase da noite para o dia da República, a modernidade consistia um conceito um tanto idealizado naquele momento, uma vez que no cotidiano da cidade ainda imperavam os mandos e desmandos da elite de um país caracterizado pela lógica escravista, de economia agrário-exportadora e baseada na política coronelística de favores (NEVES, 2003). Assim, vemos claramente neste cenário que o programa da política modernizadora só poderia desconsiderar as novas questões surgidas em meio ao crescimento e configuração das cidades e sua população, como a conquista dos novos direitos sociais que supostamente deveriam vir com a instauração da República.

Os governos locais, de forte tradição escravista e exploradora, necessitavam, contudo, acompanhar as mudanças dos grandes centros não apenas no que diz respeito à nova condição do trabalho livre e novos fluxos de matéria-prima, mas em algo que caracterizou bastante esta passagem de século: o boom demográfico das cidades, trazendo novas formas de convivência no espaço público e principalmente, novas formas de segregação uma vez que a própria paisagem real e imaginária se modificou para que os novos fluxos (de pessoas, tempo, máquinas, mercadorias e capitais)

pudessem existir e daí, como consequência, novos conflitos e lugar para a luta de classes, novas políticas de dominação e novas relações de cooperação e luta por direitos no meio social. (CHALHOUB, 1996).

No primeiro capítulo apresento um panorama das cidades a partir do final do século XIX e o que representaram no contexto da chamada modernidade, as transformações urbanas vivenciadas no contexto brasileiro e como o ideal civilizatório incorporou nas suas práticas conceitos de disciplinarização, limpeza social, e ordenamento da cidade. Particularmente como os interesses capitalistas influenciaram na modernização das cidades, e como consequência direta financiou a exclusão da população pobre. Procuo ainda, apresentar a face pobre e excluída da cidade. Quem eram essas pessoas que viviam no entorno da praça, quais suas principais atividades, como reagiram ao processo urbanístico naquele momento, houve resistência?

No segundo capítulo, temos a política higienista e seu principal articulador na cidade de Belém do Pará, Antônio Lemos. Cabe ressaltar que a idéia de apresentar a política empreendida por Antonio Lemos tem como intuito maior observar o caráter disciplinatário de tal empreendimento no contexto da cidade e sua população.

Silva (2011) atenta para o fato de que muitas vezes o estudo da urbanização na cidade de Belém não considera toda a gama de interpretações possíveis para o entendimento dessa dinâmica:

Cabe observar que a modernização da capital é interpretada pela historiografia, por meio de dois fatores: o extrativismo da goma elástica e a administração política de Antônio Lemos. Esses marcos eleitos acabam deixando de lado as tensões, as memórias e as relações entre a sociedade e a natureza, em prol de um projeto político voltado para a civilização. ( SILVA, 2011, pg. 160).

Portanto, esse período da história da cidade de Belém e da administração Lemista, não deve se limitar apenas aos aspectos da economia e política, mas compreender o que significaram as campanhas ideológicas que caracterizavam o governo, em quais pressupostos e discursos se baseava e quais medidas autoritárias foram tomadas pelo governo local para que o plano de modernização estivesse à altura

dos moldes empregados pelos principais centros urbanos do país, por vez inspirados nos moldes europeus e que tiveram como consequência direta a tentativa de exclusão dessa população dos centros urbanizados.

Num trabalho pioneiro, embora recebidas as devidas críticas quanto à produção historiográfica que enfatizou muito mais a visão de uma urbanização propagada pelas elites, Sarges (2000)<sup>5</sup> já avalia a tentativa de inserção de Belém no contexto de modernização das cidades brasileiras:

Guardadas as devidas diferenças em relação às cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, a cidade de Belém do Pará, apresentaria assim, a partir da segunda metade do século XIX, tentativas de adaptação aos modernos costumes europeus, num profundo contraste com a região amazônica (grifo meu), além de tensões sociais geradas por uma nova ordem social capitalista emergente. ( SARGES, 2000, p. 21)

Cancela (2008) mostra em seu artigo uma cidade multifacetada, e na sua explanação sobre o Bairro da Campina, lócus também do presente trabalho, escreve sobre a relação de mudanças e permanências que fazem parte da dinâmica própria da cidade e que podem nos dizer muito a partir de suas contradições:

Mas assim como as demais áreas da cidade, esses espaços mais nobres eram marcados pela heterogeneidade. A propósito das tentativas da administração em afastar os moradores mais pobres do centro, muitos desses indivíduos e famílias permaneciam nessas áreas, vivendo em vacarias, cortiços, hotéis, sobrados e no alto das lojas (CANCELA, 2008, pg. 81).

No processo de urbanização desse espaço em especial, os conflitos se fizeram presentes, e de acordo com Cancela (2008), justamente por se tratar de um espaço heterogêneo os atores sociais desempenhavam cada qual sua atividade, exercendo interesses diversos, mas operando num mesmo entorno. Quando o bairro da Campina

---

<sup>5</sup> Trabalho apresentado originariamente por Nazaré Sarges como Dissertação de Mestrado em História Social em 1988, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

passa a ser alvo central da política urbanística de Antônio Lemos podemos imaginar que tal empreendimento não se deu de forma pacífica, aspecto que parece ser enfatizado no discurso corrente das elites.

Para Silva (2011), acerca do processo de urbanização ocorrido em Belém:

É interessante notar que a modernização belenense materializou-se nas transformações urbanas e arquitetônicas, nos códigos normativos, nas referências a civilidade e na construção de espaços de sociabilidade direcionados à elite, na mesma proporção em que as autoridades, em função dessa modernidade, tentavam controlar e disciplinar a população, projetando, portanto, a imagem de uma cidade artificial, onde a população pobre é apenas um apêndice das transformações” (SILVA, 2011, pg. 174).

De acordo com a citação acima, podemos perceber o quão contraditório se deu o projeto modernizador da cidade de Belém, que pode passar como unilateral numa visão histórica estabelecida, mas que abarca de fato vozes silenciadas no processo de construção da memória social da cidade. Assim, acredito que ainda hoje a Praça da República reflete um contraste entre sua idealização e seu uso, ou ainda, uma área na qual as investidas do poder público de lhe atribuir características caras ao modo de vida burgües não foram capazes de impedir a presença popular ou silenciar sua atuação no espaço, embora a limite consideravelmente.

Pretende-se no presente trabalho pesquisar o processo de urbanização e suas contradições, com base nos estudos dos referidos autores, além de alguns outros que possibilitaram este inicial entendimento, dando especial atenção ao modelo excludente patrocinado pela lógica capitalista e viabilizando a modernização do país pautada em práticas disciplinadoras do espaço e indivíduos. Acredito que a festa da belle époque e modernização que se pretendia civilizatória privilegiou certos discursos e não alcançou, contudo, avanços sociais para a população nesse momento importante da história do país e representativo das políticas empreendidas na chamada Primeira República.

## 1. As Cidades Modernas

Em seu artigo intitulado " Metrópolis: As faces do Monstro Urbano ( as cidades no século XIX)" Maria Stella Bresciani escreve sobre a formação do que chama de uma "nova sensibilidade" que permeia o século XIX, motivada pelas contradições vividas no meio urbano com a introdução da máquina no cotidiano dos homens. A "nova sensibilidade" representa percepções contraditórias sobre a cidade e inauguram, segundo a autora, uma cultura que vê na pobreza a possibilidade de investimento de estratégias disciplinadoras pelo Estado e burguesia. (BRESCIANI, 1985).

As máquinas, multidões e cidades constituem a representação de um novo tempo em que fundamentalmente o homem sofrerá perdas que refletem o próprio mundo do trabalho, e o homem pobre, verá sua condição transformada em parte da engrenagem do sistema capitalista para manter os privilégios da classe burguesa:

A cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção. (BRESCIANI, 1985, p.36)

Portanto, temos na cidade do final do século XIX o local das transformações profundas vivenciadas no corpo do capitalismo, em que o homem, principalmente o homem pobre, se torna alvo do controle levado às últimas conseqüências na tentativa de fazê-lo, não parte do corpo dito "civilizado" mas, certamente parte do corpo domesticado (embora a domesticação dos corpos também seja levada às demais classes sociais, com outros objetivos que não a exploração, mas a manutenção de uma ordem e civilidade desejada). A comparação da cidade a um laboratório está em acordo com a visão desta como espaço ideal para que a racionalização científica pudesse ser aplicada, e também espaço em que, caso não houvesse intervenção planejada, higiênica e moral, facilmente poderiam nela se proliferar não apenas doenças, mas a própria recusa da lógica excludente, com multidões dispostas a se opor ao poder dos Estados e classes privilegiadas.

A urbanização das cidades no final do século XIX obedecia portanto, a uma lógica racional: pensada para engrandecer a burguesia, esmagar, oprimir o homem pobre e sobretudo, afastá-lo do convívio com seus pares, evitando assim a formação de grupos com potencial para revoltas. Interessante perceber nas construções do período uma simbologia que guarda a linguagem do fim do século XIX e inaugura de fato a modernidade, ou como sugeriu Bresciani, essa "nova sensibilidade" :

Essa sensibilidade contrapõe-se à racionalidade do belo- a arquitetura de proporções perfeitas, que traduzia as medidas antropométricas de um protótipo idealizado do ser humano- e ao pitoresco emocional- das paisagens campestres e dos bairros suburbanos onde homens e natureza se mantinham em harmonia. Uma nova sensibilidade estética, que buscava dar conta do inédito, daquilo que nas palavras de Burke<sup>6</sup>, era capaz de produzir a mais forte emoção que nosso cérebro pode suportar" ( BRESCIANI, 1985, p. 41).

Nessa sensibilidade está implícito os sentidos dados às construções que visavam demonstrar o poder da burguesia:

O aspecto majestático dessas construções, bastante diversas em suas formas e materiais reunindo com frequência estilos de várias épocas e lugares, sugeria primordialmente o poder da burguesia, um poder que deveria parecer grandioso, infinito e esmagador. (BRESCIANI, 1985, p.42)

O conceito de sublime e algumas de suas características como perplexidade, poder, privação e infinitude são de acordo com esta autora, detentores de grandes e novos significados, capazes de expressar o sentimento das pessoas frente a modernidade das cidades e poderiam variar conforme a que classe social estavam sendo projetados os prédios, ambientes de trabalho, museus ou ruas:

A longa sequência de arcos da estação londrina de St. Pancras ou de uma fábrica de carruagens na cidade de Bistol, ou ainda, as numerosas janelas e colunatas de hotéis de luxo e apartamentos caros dos bairros

---

<sup>6</sup> A autora se refere ao Filósofo Edmund Burke ( Século XVIII) que cunhou a palavra Sublime. "Sublime era tudo o que, por reunir uma série de qualidades particulares, desencadeava uma reação de impacto emocional violenta" ( Bresciani, 1985).

londrinos transmitiam uma sensação de infinitude semelhante a produzida pelas imensas arcadas envidraçadas do Palácio de Cristal, construído em 1851, para a Grande Exposição de Produtos Industriais de Todas as Nações. Também induziam o sentimento de infinitude as escuras e monótonas repetições de fachadas idênticas de casas iguais, cujo destino era o de serem alugadas para a anônima população de trabalhadores urbanos. Aqui, a tonalidade do material de construção e o severo despojamento de suas paredes pesadas faziam com que esse sentimento se assemelhasse mais aos produzidos pelos maciços muros das prisões, como New Gate e a de Leicester; aqui infinitude simbolizava a impossível liberação das cadeias do trabalho cotidiano e o jugo poderoso das classes dominantes ( BRESCIANI, 1985, p. 43).

Podemos apreender assim, que a urbanização das cidades modernas conjugou discursos de normatização e racionalidade procurando legitimar a intervenção do espaço. O maquinário das fábricas, a negação dos aspectos naturais em detrimento da reprodução dos ambientes de trabalho para além dele, o ambiente de pesquisa dos laboratórios vão se estendendo até ganhar a dimensão imaginária da cidade, algo muito bem metaforizado por Bresciani em seu texto, através da figura do "monstro urbano" capaz de reduzir drasticamente a vida do homem comum a uma mera peça ou engrenagem do sistema capitalista.

Simmel ao escrever sobre a modernidade, no meio de toda a turbulência dos primeiros anos do século XX, nos apresenta também um cenário influenciado por um novo aspecto da vida em que valores são introduzidos automaticamente no dia-a-dia da cidade e da fábrica, sem que se perceba, formando um novo indivíduo que se relaciona mediado pelo valor, em dinheiro, e uma objetividade que se espande para o tratamento dos homens e das coisas. Como segue:

As grandes cidades sempre foram o lugar da economia monetária, porque a multiplicidade e concentração da troca econômica dão ao meio de troca uma importância que não existia na escassez da troca no campo. Mas a economia monetária e o domínio do entendimento relacionam-se de modo mais profundo. É-lhes comum a pura objetividade no tratamento de homens e coisas, na qual uma justiça formal frequentemente se junta com uma dureza brutal. (SIMMEL, 2005, p. 579)

Assim, a objetividade, característica primeira do conhecimento científico consolidada no século XIX, irá permear relações, trocas e até mesmo a urbanização das cidades na virada deste século. Nenhum outro lugar, senão na cidade, ocorrerá a possibilidade de ver nas relações, principalmente de trabalho e de disposição do espaço, a implementação de um novo jeito de ser e de utilizar a cidade, que embora seja absorvido e vivenciado sem que se perceba no embotamento da vida urbana, terá nas ações do Estado, das autoridades científicas e da burguesia um plano bem definido. No texto de Simmel a nova forma de se comportar na cidade moderna vai desde uma certa indiferença comum à personalidade do homem da cidade grande, até uma tentativa quase que desesperada de manter a sua sanidade frente aos estímulos rápidos e constantes que a cidade oferece.

Diante das transformações da vida moderna houve um forte intento dos governos e da classe burguesa em promover também uma certa harmonia, que obviamente descarta o pobre, operário, do cenário urbano. A urbanização como objetivo da ordenação da natureza, promoverá as modificações no espaço com critérios racionalizados e apoiados nos dados da medicina no que concerne ao campo da higiene e vigilância dos corpo, e diga-se de passagem, principalmente a vigilância do corpo pobre, operário e da mulher.

Sobre a atividade especializadada da urbanização, temos o saber do arquiteto sendo aplicado com louvores artísticos e conjugado ao saber médico. Dentro da linha do movimento progressista de urbanização, que congregou a primeira leva de arquitetos racionalistas, o momento industrial é amplamente levado em consideração nos projetos ou melhor dizendo, neste existe o vislumbre principal que é a era da modernidade.

Braudel, ao fazer uma leitura geográfica do nascimento do capitalismo mediterrâneo nos fornece uma divisão hierárquica na organização da cidade com campos e periferias organizadas de tal forma que possam expressar a relação de dominação existente. Também enfatiza a divisão do trabalho na importância das relações da cidade e segundo este autor " em princípio, ao lado da cidade estão os mercadores, as funções de chefia política, religiosa e econômica, as atividades artesanais. Mas só em princípio, porque a divisão está sempre acontecendo, num ou noutro sentido". (BRAUDEL, 1997, p. 444). Portanto, é certo que desde o resurgimento da cidade no ocidente houve a necessidade de delimitar espaços, lhe sendo inerente também as relações de troca em suas atividades. Na cidade moderna, tal diferenciação

será planejada, organizada racionalmente ( muito embora os estudos apontam por exemplo, que mesmo antes do advento da modernidade as cidades eram planejadas, no entanto para outros fins como proteção ou castigo, e não para a higienização dos espaços)<sup>7</sup> e as trocas serão baseadas cada vez mais na divisão do trabalho de acordo com o modelo de exploração capitalista.

### **1.1 A urbanização das cidades brasileiras**

Tal como a proposta que surge na concepção de cidades modernas na Europa<sup>8</sup> em que esta é propriamente um projeto pautado na racionalidade e cientificidade, cujo o sentido maior reside em suas trocas, ou seja, " não há cidade sem divisão obrigatória do trabalho e não há divisão do trabalho um pouco avançada sem a intervenção de uma cidade" ( BRAUDEL, 1997, P. 441), algumas das cidades brasileiras empreenderão grande reforma urbanística para que projetos entre médicos, engenheiros e elites pudessem conjugar seus saberes e interesses no espaço mesmo da cidade.

Para o poder público, bem como o pensamento intelectual do final do século XIX a remodelação da cidade moderna passava obrigatoriamente pela demolição da cidade primitiva e insalubre, herança do colonizador, de forma sistemática, racional, deixando em evidência as contradições que já existiam e dando inicio a outras (BENCHIMOL, 2003) com o intuito primeiro de proporcionar a fluidez do espaço para as trocas capitalistas, espaço este privilegiado para tal como enfatizado anteriormente.

Neste contexto, vejo como decisivo o pensamento médico que deu a força motora e o embasamento científico necessários ( e esperado) às empreitadas de renovação urbanística. Segundo Benchimol ( 2003), as questões de saúde evidenciadas na capital do Rio de Janeiro se fortaleceram com o surgimento de instituições, mas que segundo este autor, apenas orientaram as ações do Estado:

Os problemas de saúde da capital brasileira começaram a ser debatidos na primeira metade do século XIX, em

---

<sup>7</sup> O lugar do "pelourinho" na praça, por exemplo. Ver a respeito do assunto: LARA, Silvia Hunold. Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 29-78.

<sup>8</sup> BRAUDEL, Fernand. As cidades in: Civilização material, Economia e Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 1997, v. 1, pp. 439-510.

algumas instituições criadas para aparelhar o recém-fundado império, especialmente a Sociedade de Medicina e Cirurgia, inaugurada em 1829 transformada em Academia Imperial de Medicina três anos após a criação em 1823 das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Salvador. ( BENCHIMOL, 2003. p. 237)

Benchimol aponta ainda a febre amarela como "a grande questão sanitária nacional" que em meados do século XIX impulsiona a atuação de médicos e sanitaristas passando estes, a exercer um poder autônomo. Para este autor, os discursos médicos sedimentaram o "discurso urbano" que fora absorvido por vários setores da sociedade e transformada em senso comum, sem contudo, atribuir maior responsabilidade a tais instituições na atuação do Estado, como segue:

Alojados em instituições cuja capacidade de influir nas decisões do Estado e do capital foi muito menor do que supõem os historiadores de viés Foucaultiano, os higienistas, ainda assim, contribuíram para que fossem promulgadas as primeiras leis regulando o crescimento da cidade. Ainda que não tenham conseguido deter as epidemias, ajudaram a promover mudanças às vezes substanciais tanto nos padrões de sociabilidade como nas formas de organização do espaço (Machado, 1978; Costa, 1979; Rodrigues, 1997)." ( BENCHIMOL, 2003, p. 240).

Acredito que o poder de tais instituições, bem como o pensamento médico exerceram grande influência nas tomadas de decisão em relação as políticas urbanísticas, uma vez que o planejamento se baseava em larga escala nas teorias que viam na limpeza dos ambientes um reflexo mesmo da saúde física e moral dos indivíduos. Essa questão estava relacionada não apenas à saúde do corpo, mas a uma certa animalidade que deveria ser controlada em especial, pela vigilância do Estado.

Em amplo sentido a cidade passou a ser vista como organismo, cuja a abertura ( representada através de grandes avenidas) e asepsia significava a saída de um estado de putrefação para a condição de limpeza digna de uma sociedade civilizada : os miasmas causadores de doenças nas ruas sem saneamento, habitações coletivas tais como cortiços, prisões, hospícios também foram alvo não apenas de políticas que visavam a melhoria da condição real da vida nas cidades, mas uma forma de vigilância das

camadas populares que aí estavam presentes. As reformas urbanísticas foram implementadas através do discurso higienista, ou seja, de limpeza social, que tinha no controle das epidemias, sujeira, aglomerações, locais de isolamento, o controle também, pelas autoridades ( médicos, políticos, engenheiros, religiosos e posteriormente a família), dos elementos indesejados.

Para Rago, vale ressaltar o impacto que grupos específicos causaram no início do século XX na moral da burguesia industrial em ascensão, como por exemplo os imigrantes, estes em sua maioria trabalhadores das fábricas e dos portos e moradores dos subúrbios:

A degradação dos costumes, as práticas dissolutas, o alcoolismo, o jogo, o crime, as doenças que penetram pelo porto de Santos em companhia dos trabalhadores italianos, espanhóis, portugueses, polacos, a nova mania de greves, a "lepra" ( grifo do autor) da luta de classes: tudo se passa como se os novos bárbaros aportassem entre nós". ( RAGO, 1985, 12).

Portanto, o higienismo enquanto discurso que visa "limpar" a cidade de nefastos germes causadores de doenças ( presentes no meio mal habitado) e vícios degradantes do homem exercerá influência substancial na medida em que justifica com caráter científico a atuação do Estado na disciplinarização do indivíduo:

O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de "bárbaros" (grifo do autor) justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica e também fora dela. Que seguem o trabalhador em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais" (RAGO, 1985, 12)

Por disciplinarização se entende o exercício do poder sobre os indivíduos, poder como "rede de relações que se exerce molecular, ininterrupta e ramificante em todos os domínios da vida social, produzindo individualidades, adestrando os gestos, elevando a rentabilidade do trabalho". (FOUCAULT apud RAGO, 1985).

Segundo Rago (1985), esta disciplina exigida dos trabalhadores e me atrevo a complementar, exigida também na postura cotidiana dos centros urbanos, mascara um exercício de poder que embasado pelo discurso "científico, racional e moderno" fortalece as formas de vigilância dos indivíduos pelas classes dominantes.

O ordenamento da cidade, de acordo com o pensamento do final do século XIX, é projetado de forma a impedir que aglomerações populares sejam possíveis, consideradas de extremo perigo tanto para a saúde quanto para a manutenção da ordem social desejada. A cidade não planejada racionalmente ou será ambiente para a proliferação de doenças, ou de revoltas frente as contradições facilmente verificadas.

Assim temos na cidade moderna um lugar de multiplas faces, que apesar de possuir em seu ideário a possibilidade de liberdade permitindo um ambiente de constantes trocas ( não apenas econômicas, mas de caráter subjetivo), é também lugar de tensões e por excelência ( Simmel, 2005) das transformações e construção da história.

## **1.2 A purificação dos espaços**

Nas leituras realizadas para o presente trabalho pude observar que no processo de urbanização das cidades brasileiras teve papel importantíssimo, senão decisivo, os discursos médicos que frisavam a necessidade de uma verdadeira asepsia na cidade. A partir de três principais teorias<sup>9</sup> surgidas a partir da primeira metade do século XIX, quais sejam, Teoria do meio, Teoria dos miasmas e Teoria Pasteuriana dos germes (RAGO, 1985; RITZMAN, 1997; TRINDADE, 1999; BENCHIMOL, 2003) e aprimoradas e substituídas até a passagem para o século XX, a implementação do projeto civilizador contou em primeiro plano com práticas direcionadas contra o avanço de doenças, erradicando epidemias, e num plano ideológico promovendo a saúde do

---

<sup>9</sup> Segundo Benchimol (1994) eram constantes as discussões e disputas pela detenção do saber a respeito das causas de doenças nos trópicos, baseados nas diferentes correntes de estudos que partiam da Europa. "Nos textos extraídos nos Anais da Academia de Medicina, três percepções da febre amarela puderam ser apreendidas. Uma é a do higienista, cuja a reflexão está voltada para as causas, cósmicas e sócio-históricas, das epidemias e para os obstáculos que impedem a neutralização dessas causas. A segunda é a percepção do clínico, que estrutura o conhecimento da febre amarela segundo um modelo que correlaciona descrição dos sintomas, identificação e interpretação dos processos fisiológicos e das lesões orgânicas ( necrópsias) subjacentes a eles, e experimentação terapêutica. A terceira percepção é a dos médicos que, no laboratório, reestruturam e interpretam a doença à luz da Teoria de Pasteur: causa microbiana, especificidade etiológica, eventual imunização". ( BENCHIMOL, 1994, p. 122).

"organismo" citadino eliminando dele tudo o que pudesse representar perigo de contágio.

Como vimos em momento anterior, a construção da cidade moderna no Brasil passou necessariamente pela demolição da cidade velha e nesse processo as classes pobres foram, muitas vezes de forma extremamente violenta, afastadas dos centros destinados para as elites. Essa intervenção pode ser claramente identificada na configuração do espaço-locus desse trabalho, a Praça da República. Sua configuração central precisou obrigatoriamente, erradicar do entorno a população, ao menos suas moradias e não necessariamente sua circulação, composta em sua maioria por gente pobre, trabalhadores dos portos, pequenos comerciantes, boêmios, prostitutas, etc. (TRINDADE, 1999).

A partir de uma conjugação de conhecimentos, o que Benchimol avalia como o "somatório de forças humanas e não humanas" ( Benchimol, 2003, pg. 234) podemos entender que a despeito de conhecimentos científicos válidos para elaboração dos projetos, a força ideológica dos discursos propagados e assimilados principalmente pela classe burguesa desencadearam uma verdadeira campanha contra os espaços, hábitos, habitações da população pobre das cidades.

De acordo com Benchimol "os higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida no Rio de Janeiro, propondo intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do "organismo" urbano" ( Benchimol, 2003, p.239). Os primeiros regulamentos acerca da reestruturação urbana, portanto, contaram com tais diretrizes dos médicos higienistas e sanitaristas e acredito, aparados no discurso da cientificidade, foram suficientemente fortes para justificar atitudes de extrema violência para com a população.

O alcance de tais teorias enreda as práticas de abertura de vias, drenagem de rios, limpeza da cidade, demolição das habitações coletivas e construções das institucionais ( presídios, hospícios) mas também o poder exercido pelos governos sobre a população e que muito pode nos dizer sobre como tal população passa a ser vista. O perigo, a contaminação, passa a ser a própria classe pobre:

Substituindo a teoria dos miasmas, a teoria pasteuriana dos germes indicava que a doença não provinha fundamentalmente dos pontos centrados de sujeira, mas

poderia emanar de qualquer parte: assim, todo indivíduo se tornava suspeito, aparecendo como um portador potencial do micróbio. A ameaça do contágio poderia estar em toda parte. Veremos que a mesma representação da virtualidade da doença, física ou moral, determina a reorientação dos poderes públicos e dos industriais em relação a noção de criminalidade. A atuação dos médicos higienistas ou da polícia deveria recair sobre toda a população (grifo meu), em especial os pobres, e não localizar-se apenas sobre os focos de contágio, ou incidir exclusivamente sobre criminosos já comprovados. ( RAGO, 1985, pg. 44).

Sabemos da enorme influência que o saber médico suscita até hoje no imaginário popular, com suas reverências que vão desde o tratamento respeitoso até a dificuldade de questionamento do seu corporativismo por outros setores da sociedade, e não é de se espantar que nesse momento, elocubrações acerca de germes pudessem se propagar a tal ponto de transpor tais características à população pobre, marginal e logo, ver aprimoradas a utilização das práticas disciplinares. Algo que sim, pode ser uma apropriação do discurso por parte das elites e do governo, mas perfeitamente produzidas para a satisfação de uma elite da qual tais médicos faziam parte.

A purificação do espaço passou, portanto, pela purificação de ambientes que diziam respeito ao público, à fábrica e também ao privado ou seja, o lar. O saneamento das cidades não seria completo se o próprio homem, segundo tais concepções de asepsia, portador do germe da iguorância, vícios e pobreza não incorporasse pensamentos e atitudes que representassem a saúde, disciplina e organização exigidas para o êxito do projeto de civilidade.

No contexto de passagem de força de trabalho escravista para a força de trabalho assalariada podemos entender o porquê das classes trabalhadoras constituírem a principal parcela a ser incultada a idéia da disciplinarização. No entanto, se utilizando de estratégias peculiares para burlar o poder autoritário exercido pelos governos, as pessoas que viviam à margem, ou seja, ainda não inseridos no processo de exploração formal das fábricas, também foram alvo da política higienista. Cabe ressaltar que tais medidas serão aprimoradas e ao longo do processo terão suas características compulsórias reelaboradas com o caráter sutil de positivação do trabalho e valorização moral da sociedade:

Mais do que o discernimento pelo olhar analítico e classificador dos médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, é o desejo de eliminação da diferença, da normalização do outro (grifo meu), que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas. Na empresa de construção de um mundo à sua imagem, a domesticação do novo operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa. (RAGO, 1985, p. 88)

Rago (1985) também ressalta bem o alcance da ação dos médicos no contexto de modernização que compreende cidade, fábrica, escola e família. A autora fala de uma "colonização da mulher", como agente responsável no campo doméstico pela vigilância dos corpos, pelo asseguramento da saúde da família, retirada dos trabalhadores do vício das ruas, formação das crianças aptas mais tarde ao trabalho disciplinado:

Confinam a mulher no justo momento em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. ( RAGO, 1985, p. 62).

Nesse sentido, a imagem da mulher foi moldada também a partir de um ideal de pureza, higiene, de condutas exemplares e nesse período surgirão ainda as especialidades médicas específicas ao tratamento da mulher, ora disseminadora do pecado e de doenças, ora por sua função "primordial" de mãe, e ao cuidado especializado das crianças. (MATOS, 2005)

Trindade (1999) aponta em sua dissertação como os códigos de postura foram observados em Belém:

O "vício da embriaguez " (grifo do autor), tantas vezes lembrados nos jornais e nos autos policiais, era considerado mais do que nunca uma prática reprovável, pois não eram poucos os médicos da época que atribuíam a esse vício a degeneração física e moral. Mantendo o homem ébrio, o álcool afastava o trabalhador das virtudes do trabalho e o lançava no

mundo da desordem e imoralidade. (TRINDADE, 1999, p. 67)

Também enfatiza a importância do saber médico no processo de urbanização da cidade:

A tentativa de ordenação dos comportamentos dos grupos sociais mais pobres também teve uma farta influência do saber médico. Em primeiro lugar porque a questão da saúde pública havia se transformado numa inesgotável fonte de dor de cabeça para as elites paraense do período. Foi assim que a medicina acaba assumindo a tarefa de organizar o suposto caos urbano em que a cidade se encontrava imersa. No que se refere às preocupações com a saúde da população, as doenças epidêmicas que acometiam os moradores da cidade ocuparam as pautas de discussões entre os políticos responsáveis pelo poder público. Dentre as enfermidades que ceifavam muitas vidas naqueles anos, outras não foram mais perniciosas que a varíola e a febre amarela que em seu rastro de morte vitimaram um grande número de pessoas. ( TRINDADE, 1999, p. 72).

Com base nas observações acima, no próximo tópico poderemos entender como se deu a urbanização num espaço específico da cidade de Belém, o bairro da campina, bairro central e local da construção da Praça da República que representou naquele momento, expressão maior da modernidade e ao mesmo tempo, das contradições na cidade.

### **1.3 O bairro da Campina e a Praça da República**

Embora o cotidiano não seja exatamente o aspecto debatido no presente trabalho e nem propriamente os aspectos morfológicos do objeto analisado, mas sim o caráter higienista e autoritário que marcou a urbanização da parte central da cidade de Belém,

falar da Praça da República<sup>10</sup> implica dar uma certa caracterização de seu entorno e das atividades ali desempenhadas por seu moradores.

Ao se utilizar de uma obra literária do período<sup>11</sup>, Trindade (1999) nos traça a diferença entre a parte da cidade da qual a personagem principal, Hortêncina, sai em busca de trabalho. Nesse paralelo, o autor já nos faz perceber a diferença dos ambientes, pessoas e atividades desempenhadas em cada espaço da cidade. Segundo o autor (que analisa a visão do literato para a constituição do local) o Largo da Trindade, porta de entrada para o bairro da Campina, ao mesmo tempo em que representava nitidamente uma parte da cidade destinada ao "progresso", ainda possuía na sua paisagem um ar bucólico, marcada pelas vegetações e animais que se misturavam à vida urbana. Conforme a moça se afasta de seu local de origem, se aproximando da vida da cidade, os novos elementos como bond, barulho e ruas com vários trajetos vão surgindo compondo o bairro da Campina. Abaixo um trecho da obra utilizada pelo referido autor, para exemplificar esse cotidiano:

Chegara a rua da Trindade, no sítio onde atualmente existe a curva da linha de bond que sobe pela Caetano Rufino. Foi sempre adinate, estugando o passo, muito lépida e contente (...) Assim chegou ao largo de Sant'Anna, em cuja pequena área rumorejavam as ramas de três árvores raquíticas, pouco atas. Um interminável arruído de carros de rodas subia da baixa, do bairro comercial. Era a exalação vital da humanidade operosa, incenssantemente movimentada no afanoso labutar pela vida. A natureza parecia reanimada de um espírito novo, muito vibrátil e forte, capaz de restaurar tudo ao seu poderoso choque. ( CARVALHO apud TRINDADE, p. 50-51)

Para Trindade "(...) essas transformações que a cidade, principalmente a Campina, estava sofrendo relacionavam-se diretamente com a complexificação social peculiar a esses anos." ( TRINDADE, 1999, p.27). Segundo o autor, a partir de 1850, a

---

<sup>10</sup> A Praça da República conservou o título de Largo da Pólvora até o ano de 1840, quando passou a ser chamada de Praça D. Pedro II, sendo novamente alterado seu nome com a mudança do regime político para Praça da República.

<sup>11</sup> A obra de referência para a descrição do bairro da campina no trabalho de Trindade (1999) é "Hortêncina" de Marques de Carvalho que descreve uma vida campestre da província, onde já se delineavam novos aspectos em acordo com a mudança urbana que vinha passando a cidade. CARVALHO, Marques de. Hortêncina. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado da Cultura. Lendo o Pará, 1989. p. 50/51.

borracha passa a representar a expressão da economia paraense e o alto preço desse produto no mercado internacional, proporcionou as modificações urbanas vivenciadas pela cidade:

Para embelezar a cidade, alguns espaços mereceram atenção especial do poder público. Nesse sentido se pode seguramente afirmar que as ruas centrais foram os alvos principais dessas decisões, pois eram as portas de entrada de comerciantes ou visitantes que por essas terras desejassem se aventurar, assim que desembarcassem dos navios que os trazia à já não tão modesta cidade de Belém. (TRINDADE, 1999, p.27).

Como podemos observar na citação acima, a centralidade do bairro da campina, e a sua proximidade ao porto da cidade em muito fora importante para o desenvolvimento verificado, aliás empreendido pelas autoridades. Constituiu-se o centro comercial da cidade, das trocas econômicas e logo, lugar por excelência para o investimento advindo da boa fase econômica.

Assim, vale ressaltar que a centralidade é um outro aspecto a ser observado com cuidado, pois sabemos que atualmente há uma forte tendência nas grandes cidades em se recuperar os "centros velhos", numa espécie de política que visa tão somente utilizá-los em seus potenciais turísticos ou de especulação imobiliária. Com isso pretendo dizer que a importância dos centros a partir dos quais se desenvolvia a cidade é característica básica a ser analisada dentro da conjuntura moderna, que sempre privilegiou tal espaço dentro da cidade, a despeito de passarem por uma certa decadência e abandono na fase do capitalismo neoliberal.

Sobre este assunto mais especificamente, saindo um pouco dos aspectos cotidianos do bairro, temos no trabalho de Andrade (2003), a centralidade como fator primordial na análise do seu estudo, destacando a Praça da República dos demais lougradores ao ar livre existentes à época de sua construção, afinal nesse espaço da praça existia um entorno imediato, qual seja o Bairro da Campina, com elementos sócio-culturais definidores do que seria o trajeto histórico do crescimento da cidade de Belém. A respeito da construção e crescimento a partir do antigo Largo da Pólvora, cerne da cidade, o autor nos fala:

Belém ainda nesse período, contava aproximadamente com trinta e cinco ruas e doze largos, dentre eles, o Largo da Pólvora que, apesar de suas dimensões em relação a outros espaços livres da cidade, ainda não tinha adquirido características que fizessem dele uma área para atividades contemplativas ou de diversão, estando, portanto, a clareira, praticamente, circunscritas a exercícios militares ou a outras funções similares (...) ( ANDRADE, 2003, p. 112).

Com base no estudo do autor acima podemos também apreender um aspecto peculiar na constituição desse espaço: a idealização deste para seu uso enquanto espaço de lazer. Nos explica Andrade que a partir de 1848 a freguesia da Campina ( anteriormente chamada de freguesia Senhora Ana da Campina) já concentra um expressivo comércio e uma dinâmica que marca usos importantes desse local. Segundo esse autor, havia um forte interesse em dotar o espaço de melhoramentos com base em um discurso de ordenamento da cidade, e nas discussões acerca deste projeto estava evidenciado a importância da junção dos elementos entre a sociedade e uma paisagem organizada. ( ANDRADE, 2003).

Levando-se em consideração que o aspecto elitista é marcador das obras de urbanização e melhoramentos da cidade, podemos entender o porquê de tal espaço, com seus equipamentos, possuírem uma representatividade tremenda na memória da cidade. Para Andrade:

A primeira mudança radical que marcou o Largo da Pólvora data de três de março de 1869. Nesta data foi lançada a pedra fundamental do teatro Nossa Senhora da Paz. O teatro da Paz ocupava um dos quadriláteros do Largo da Pólvora e era, à época, praticamente, a única construção mais relevante no perímetro do largo, ainda ocupado, em sua maioria, por edificações sem muita expressividade. Com a construção do teatro, o Largo da Pólvora, confirmou sua condição de mais importante espaço livre público da cidade, o locus "símbolo", a meu ver, de todo o crescimento econômico, cultural e urbano de Belém. ( ANDRADE, 2003, p. 118).

Em relação à citação acima ( lembrando que o referido autor trata mais dos aspectos morfológicos e paisagísticos de constituição da praça em seu trabalho),

podemos acrescentar que embora o crescimento tenha sido real a partir desse espaço, representou contudo a visão de mundo de uma época e de uma elite específica, a elite seringalista, e não da cidade como um todo, nem ao menos de suas imediações. Com tantas transformações, as ruas da Campina nesse momento de grande desenvolvimento urbano foram ocupada pelos moradores e visitantes da cidade, dentro de uma diversidade que refletia a composição social da época com comerciantes, viajantes, trabalhadores ou transeuntes preocupados apenas em desfrutar dos atrativos e movimento da urbanização, sem que contudo usufrissem propriamente dos novos equipamentos ali instalados.

Assim, temos até aqui aspectos que vão desde o cotidiano do bairro, sem ignorar neste percurso o projeto de construção da praça que considerou a centralidade do bairro, as atividades ali desenvolvidas, o potencial de lazer e enriquecimento cultural, e, na contramão das melhorias sociais esperadas, desconsiderou a sua população. Andrade (2003) elege outro marco relacionado à Praça da República e todo o bairro da Campina, a administração de Lemos:

Antônio José de Lemos, inicialmente não admitia que até aquele momento as obras efetuadas no espaço urbano da cidade estavam à altura, ou mesmo, atingiam o objetivo de elevar Belém a uma posição de destaque no cenário nacional (...) Seu primeiro relatório enviado à Câmara Municipal, abrangendo os anos de 1897 a 1902, é um exemplo contundente do exposto acima e, esclarece ainda, em relação à forma pontual como se realizavam as obras, por exemplo, nas áreas livres públicas da cidade (...). ( ANDRADE, 2003, p. 119-120).

Andrade, a partir do enfoque que estuda a morfologia e paisagística da praça, atenta para o fato de que todo esse planejamento necessitou de uma forte articulação política, empenhada com muita propriedade por Antônio Lemos e definindo portanto, qual direcionamento ideológico que tomariam as obras de urbanização neste bairro:

O crescimento que houve no espaço urbano de Belém nos últimos dez anos do século XIX, transformou o antigo largo na mais importante área da cidade (grifo meu). Sob a responsabilidade da administração Lemos, a

Praça da República começou a se apresentar como um local apropriado a materializar as propostas de melhorias urbanas da intendência e, por fim, vir a se tornar, "o lugar" (grifo do autor) ideal à revelar a modernidade que a capital paraense, segundo o intendente, sistematicamente alcançava. (...) Explicando melhor, na ótica da administração municipal, a praça, era um local historicamente marcado por múltiplas e consolidadas atividades populares, (grifo meu) portanto, ao investir em uma melhoria substancial, melhor dizendo, radical nesse espaço (grifo meu), abriria-se a possibilidade da aquisição de dividendos positivos para a cidade, tanto na esfera social e política quanto na econômica (...). (ANDRADE, 2003, p. 121).

A partir da referida articulação política ressaltada pelo autor acima, e apesar do forte investimento na melhoria da cidade que fora acompanhado de intensa vigilância sobre os espaços, principalmente o da praça, numa tentativa de zelo, segurança e segregação desta, destinada claramente aos momentos de lazer da elite paraense, é importante frisar que os pobres também compunham sua paisagem.

A importância do bairro da Campina portanto pode ser verificada sob diversos ângulos, na sua cotidianidade, na sua localização espacial na cidade, nos processos econômicos e históricos que direcionaram a construção, idealizada, da Belém moderna. Exige ainda observar as abordagens, algumas dando ênfase ao desenho e equipamentos, numa lógica que remete ao ovacionamento do empenho da administração Lemista e outras que buscam dar mais ênfase aos moradores que parecem invisíveis no processo de embelezamento e fruição daquele espaço. Para Trindade:

Em alguns trabalhos sobre a cidade de Belém no final do século passado, o Largo da Pólvora foi mostrado como local voltado para o deleite dos mais abastados. Os motivos que levaram a essa idéia podem ser buscados no fato de que em torno desse largo estavam o Grande Hotel, o Teatro da Paz, as confeitarias, o "café chic" e os cafés concertos- locais de sociabilidade das elites da cidade. Porém, não eram apenas os membros da elite que podiam ser encontrados passeando em agradáveis fins de tarde, desfrutando da bela paisagem fornecida ou da frescura proporcionada à sombra de frondosas árvores. Outros personagens também davam o ar de sua graça, insinuando a pobreza por entre as belas árvores que embelezavam as praças como o largo da pólvora. ( TRINDADE, 1999, p. 32).

Em relatos de jornais da época, segundo este autor, muitas eram as reclamações da enorme quantidade de vendedores, "ambulantes" que com suas vendas e palavreado inapropriado poderiam perturbar a boa convivência das famílias que frequentavam o lugar, ou ainda rapazes que através de pequenos roubos perturbavam a desejada ordem. Percebo na leitura de tais relatos que são utilizados como fontes no trabalho de Trindade (1999), forte conotação da moral burguesa nos discursos que tentam de alguma forma diferenciar o público, por exemplo, ambulante-família, ou em outras situações, vagabundo-trabalhador ao longo das tentativas de se fazer daquele espaço, um protótipo do ambiente bem frequentado pela elite. Abaixo podemos perceber o tom do discurso carregado da moral exigida:

#### Virtuosos e Vagabundos

Informam-nos alguns moradores da rua das Flores que todas as noites reúnem-se em uma taberna de esquina com a rua das gaivotas, uma sucia de vagabundos que entre um trago e outro, ofende a vizinhança, pronunciando um sem número de palavras obscenas, Imersos no vício da ociosidade, esses depravados estão longe das virtudes de que devem gozar um homem direito. Ao contrário, chafurdam na lama que é sua vida, repleta de álcool e de imoralidade. ( DIÁRIO DE NOTÍCIAS,1883, p. 02 apud TRINDADE, 1999, 68-69).

A resistência se vê na diversificação do público, na forma como o trabalhador pobre também utiliza o espaço ainda que para realizar a atividade do seu sustento, ou o homem não enquadrado na referida moral também utiliza o espaço para o seu lazer ou seu prazer ( lembrando que mulheres que desfrutassem do prazer e dos espaços de forma "inapropriada", automaticamente eram desprovidas de valor, portanto são mulheres trabalhadoras e na sua maioria doceiras ou lavadeiras), dos roubos ou confusões cotidianas, das prostitutas que nas ruas que perfazem o bairro desempenhavam sua função na noite, no momento em que as famílias já não estão pela praça. Para Trindade ( 1999) aos poucos se desconstrói a imagem de lugar " aprazível, tranquilo e seguro" e logo o bairro e principalmente a praça ( por ter em volta os equipamentos

mesmo da urbanização e lazer) vai se configurando em espaço de disputa em seu cotidiano.

Imaginar que frente ao crescimento urbano as classes pobres estariam confinadas em seus casebres escapa a própria lógica da cidade em que aglomerações, movimento, abertura de ruas, estabelecimentos comerciais e vida cultural também configuram além da possibilidade de lazer, locais de oportunidade para o "ganho" diário dessas pessoas. De acordo com Andrade:

(...) Não tardou o local a se tornar um dos espaços mais requisitados da sociedade belenense, seja ela emergente ou proletária, pois, além da praça ser elevada à categoria de ponto geográfico central da cidade; local, de partida e chegada, dependendo do referencial, das principais ruas e avenidas, serviu também para a edificação das residências das elites urbanas e, de uma maneira geral, consolidou em sua periferia, um dinâmico comércio, casas de câmbio/bancos, escritórios de empresas americanas e hotéis (...) ( ANDRADE, 2003, p. 121).

Segundo o pesquisador acima as pessoas mais carentes poderiam "se atualizar" das novidades trazidas da Europa e desfilada pelas elites na praça ( ANDRADE, 2003, p. 121). Embora seja real o aspecto de curiosidade, passeio, lazer que a praça proporciona é marcante nos discursos e escritas que primam mais por uma exaltação do período a invisibilidade da gente do povo enquanto construtor também desse espaço, presente nas suas atividades, trabalho, interação, relações mesmas estabelecidas com o espaço da praça. Isso pode apontar para a forte vigilância empreendida na área contra a população que de fato tornou mais restrita a sua presença ali, mas certamente aponta também para o discurso elitista que perpetuou-se, não dando voz a essa parte excluída no processo de urbanização.

Assim podemos enxergar, para além da história das elites da *belle époque*, uma cidade habitada não apenas pela burguesia em ascensão mas, por pessoas do povo, como operários, vendedores, carroceiros, "vagabundos", pequenos delinquentes, prostitutas que também compunham o cenário urbano.

Acredito que sendo esse um espaço privilegiado pelo emprego do capital advindo da economia da borracha, mas também um bairro que possuía em suas

mediações a presença de moradores pobres, uma forte política disciplinadora foi implementada. Com a conduta "inapropriada" dessa camada da população, o risco à moral burguesa vigente e aos modelos ideais de trabalho (dedicado ao capital) e família, aqueles significavam a própria doença física e moral da cidade. Como afirma Trindade (1999):

(...) as ruas da Campina abrigavam tipos sociais muito diversificados, que ocupavam locais específicos. Habitações que podiam tanto ostentar luxo e riqueza como representar uma ameaça à imagem "higiênica" (grifo do autor) da cidade. Casas de sobrado de um lado, cortiços e casas sem esgotos de outro. As "forças da civilização" (grifo do autor) conviviam ainda com a insalubridade física e urbana. Era essa a aparência do mais importante bairro de Belém (...)  
( TRINDADE, 1999, P.72)

Com base nesse enfoque, qual seja a heterogeneidade dos habitantes da Campina e frequentadores da Praça da República, pode-se apreender que naquele espaço a convivência não se deu de forma pacífica. Uma vez eleita como o locus da sociabilidade da elite, e ali depositando grandes somas para a construção de um cenário idealizado ao estilo europeu, o poder público certamente se faria presente na tentativa de reprimir a presença dos que considerava "indesejados" ao projeto de civilidade. As medidas higienistas deram talvez, a justificativa de que necessitavam para legitimar seus discursos e assim aplicar ações incisivas com normas e vigilância rigorosa contra a população.

No período de administração do intendente Antonio Lemos ( 1897-1911) ocorreram as obras de saneamento e urbanização da cidade de forma mais sistemática, baseadas nos discursos higienistas e com o forte propósito de estabelecer na cidade os ares de modernidade e de civilidade que fora o grande projeto da sua trajetória política.

## 2. A política "civilizatória" de Antonio Lemos

Antônio José de Lemos foi o principal idealizador da *belle époque* paraense. Foi o político que projetou a cidade aos olhos internacionais, responsável pelos empréstimos pedidos aos países desenvolvidos com a intenção de embelezar a cidade e torná-la algo mais próxima do que acreditava como civilizada. Sua administração se inicia em 1897 e logo seus passeios pela cidade passam a ser relatados em anotações diárias<sup>12</sup> sobre as condições "inadequadas" ou melhoramentos realizados, iniciando também uma forte tradição de propaganda sobre o seu governo, principalmente com o intuito de aproximar Belém dos grandes centros europeus.

Proprietário do jornal "A província"<sup>13</sup>, Antônio Lemos moldou sua imagem de homem dedicado ao ofício jornalístico e administrador exemplar da cidade. Através de alguns de seus biógrafos é conhecida sua maneira peculiar de vestir, reforçada sua postura aristocrática, além da disciplina com que desempenhava suas atividades. Essa imagem de homem civilizado e letrado foi fundamental para a construção do homem público, dedicado e exemplar, a ser respeitado nas decisões que trariam enfim a civilidade para as terras do norte. Segundo Sarges, quando da análise de uma de suas biografias:

(...) a biografia toma como pano de fundo a figura do intendente em sua cotidianidade, que vai do privado ao público. A imagem dessa vida organizada de Antonio Lemos, diria até linear, demonstrada através dos hábitos, comportamento e do vestuário, conduz à construção da imagem de um indivíduo diferente dos demais, necessária para corroborar o discurso do sujeito ideal, predestinado a ser o condutor do bem estar social dos cidadãos de Belém. (SARGES, 1998, p. 32).

---

<sup>12</sup> Essas anotações foram transformadas no chamado "livro de detalhes", no qual Lemos anotava o que percebia em desacordo com a civilidade, os serviços, a atuação dos funcionários da intendência na manutenção da ordem etc., na cidade.

<sup>13</sup> O Jornal "A Província" foi fundada por Joaquim José de Assim, Francisco Cerqueira e Antonio Lemos, tornando-se o principal veículo de propaganda da política Lemista.

Essa imagem, segundo a autora, trazia aos seus pares políticos ( aliados ou não), bem como à população ( principalmente na visão da elite burguesa) a imagem de alguém que encarnava a própria modernidade, o próprio símbolo do que se desejava para a cidade de Belém, e uma forma também de se diferenciar e ser respeitado, era na verdade Maranhense, pela elite local rigorosamente fechada em seus círculos.

Para exemplificar o que Sarges nos aponta enquanto a importância da propaganda na sua administração, já em 1898, no ício da sua administração, temos o exemplo de uma nota publicada no jornal Franco-Americano Le Brésil:

O Sr. senador Antonio Lemos apresentou seu relatório anual à municipalidade de que ele é dedicado presidente; (...) Nos poucos meses em que tem estado á frente do governo municipal de sua competência e iniciativa muito tem melhorado os serviços municipais apresentando resultados que já se vão fazer sentir, mas que não serão realmente conhecidos senão em seu próximo relatório. ( Le Brésil apud Sarges, 1998, p. 122)<sup>14</sup>

A imagem de Lemos, portanto, compunha o projeto pautado na civilidade e ao político, em muito idealizado, fora dada a autoridade e incubência de modernizar a cidade. Em "A Província", vários intelectuais de renome nacional compunham o quadro de colaboradores, sendo este o veículo da sua propaganda política, pois de acordo com Sarges:

As matérias escritas no jornal eram importantes porque não circulavam apenas na capital. As informações sobre o intendente, as idéias e opiniões extrapolavam as fronteiras do Estado, e isso era fundamental para uma comunicação efetiva. Essa afirmação não está diretamente relacionada à camada mais pobre da população, mas aos setores dominantes que poderiam tornar-se aliados políticos de Antonio Lemos. (SARGES, 1998, p. 130).

Assim pode-se explicitar o contexto da atuação a que Lemos exercia um papel de protagonismo (como agente de política disciplinatória), cabendo aqui indicar também a atuação dos agentes sociais que foram o alvo dos seus atos administrativos ( Sarges,

---

<sup>14</sup> Artigo de Le Brésil, reproduzido no jornal "O Pará". Belém, 06 de maio de 1898.

1998). Embora as práticas comuns do meio urbano tenham sido duramente observadas pelo governo, houve resistência das camadas pobres enquanto forma de atividades consideradas "marginais" pelas autoridades e elite.

Sua política por um lado consistia em projetar Belém e promover sua imagem e de outro, exercer forte represália à população que não se "enquadrava" em seu projeto. Como afirma Sarges:

Entendia Lemos que o primeiro passo para a instauração dessa harmonia urbana deveria ser a codificação das leis, posturas, regulamentos e resoluções promulgadas pelo Conselho, sobretudo no que dizia respeito às posturas, por considerá-las inadequadas ao regime republicano. Começou por mudar a própria denominação do código que passou a ser chamado de Código de Polícia Municipal. (grifo meu). Considerava importante regulamentar os serviços municipais e dar-lhes os respaldos legais necessários. (...) Essa decisão já evidencia o caráter controlador da administração lemista, com base de aplicação de medidas que viessem porventura a ser contestadas e cujo interesse, na voz do administrador, era o "progresso do opulento município de Belém". Importa lembrar que a idéia de codificar as leis municipais, embora já existissem as posturas, está associada ao interesse que tinha em torná-las "modernas" e colocá-las a serviço da disciplinarização do meio urbano (grifo meu)." ( SARGES, 1998, 134-135).

Nos estudos acerca do período Lemista os autores ( SARGES 1998, TRINDADE 1999, ANDRADE, 2003) concordam quanto a este caráter disciplinatório que teve sua administração, explicitado na citação acima. Os códigos legais constituíram-se numa forma nova de exercer o poder e a vigilância sobre a cidade e sua população, medidas de controle que delineavam os comportamentos que seriam toleradas na cidade, nos seus mínimos detalhes. O Título de "Paris Tropical" ou ainda "Francesinha do Norte" demonstram bem o imaginário que se reforçava da região através do pensamento de suas elites e seu interventor, o qual a representava, através dos códigos morais e legais, maneiras de vestir, comportamentos, tudo de acordo com um certo modo civilizado de existir em sociedade.

A desodorização da cidade será uma campanha engendrada de acordo com o discurso higienista e nesse momento, os jornais constantemente levavam ao público as mortes causadas por surtos de doenças como a febre amarela. A política de higienização do espaço deu-se então, através de uma estratégia que dividia a cidade em distritos sanitários e seus médicos incumbidos da vacinação e revacinação da população (Sarges, 1998, p. 138).

Abaixo, podemos entender como os relatórios emitidos pelos inspetores sanitários serviam de auxílio nas tomadas de decisão do poder público, funcionando na verdade como uma espécie de vigilantes da ordem, salubridade, higiene do subúrbio da cidade ( no caso abaixo, ruas do bairro da Campina à época de 1884, alguns anos antes, portanto, do início da administração Lemista):

À rua do General Gurjão, canto com a travessa das Gaivotas, existe um cortiço de propriedade de um tal Francisco Ilhéu, que foi multado pelo fiscal, visto o estado de imundície em que se acha o dito cortiço. À rua do Riachuello, canto com a travessa das Mercês, encontrei outro cortiço em idênticas condições, pelo que foi multado o proprietário. À travessa das Gaivotas, entre as ruas Carlos Gomes e Arlecrim, o calçamento está completamente arruinado e formando um grande rêgo que serve de depósito de lixo para os moradores. As calhas das travessas das Mercês estão, em quase toda sua extensão, obstruídas pela lama e pelo lixo, convindo que seja limpas o quanto antes. As visitas feitas por mim nas casas particulares nada tem que se reclamar contra seus moradores, salvo recomendações feitas por mim contra o pouco asseio de algumas latrinas e pequenos depósitos de lama que se encontram em alguns quintais. A limpeza da cidade parece-me que nada tem ganho com o novo arrematante, pois as principais ruas continuam no mesmo estado, observando-se por quase toda parte o lixo depositado. A rua nova de Sant'Anna, canto da travessa das Mercês, continua a ter nas bocas de lobo grande quantidade de lama pútrida e fedorenta e como estas as lo Largo das Mercês, ainda hoje por mim verificadas. (APEPA<sup>15</sup> apud TRINDADE, 1999, p.79)

No trecho transcrito acima, podemos observar que a preocupação com a desodorização já era presente, bem como a clara aversão pelos chamados cortiços em

---

<sup>15</sup> Ver: APEPA. Fundo: Secretaria da Previdência da Provincia. Série: Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública. 1884.

detrimento das "residências particulares", logo uma diferenciação até mesmo na sanção aplicada uma vez que, o verdadeiro alvo das autoridades sempre foram os cortiços.

Em 1899 houve um surto de varíola na cidade e podemos perceber a revolta da população frente às ações, ora encarada pelo intendente Antônio Lemos como "iguinorância", ora uma rebeldia que era insuflada pelos jornais que faziam frente á sua política, como nos diz Sarges:

Antonio Lemos, que desejava uma cidade saudável, aliou-se ao governo do Estado para dar combate ás epidemias; para tanto, reuniu-se com os médicos municipais e determinou que as visitas domiciliares fossem feitas com rigor. Durante muito tempo, essa visita compulsória (grifo meu) gerou protestos de uma grande parcela da população que recebia com insultos os médicos vacinadores, num verdadeiro descompasso com a preocupação expressada pelas autoridades e higienistas em relação a propagação das epidemias (...) ( SARGES,1988, p. 139).

Como podemos ver, as suposições de Antônio Lemos não consideram o caráter de obrigatoriedade que certamente se impunham de forma autoritária sobre a população. Através de um exercício de poder que não considerava as limitações reais de sobrevivência a que estavam submetidas as camadas pobres, suas ações estavam apenas focadas em erradicar a doença para que obviamente, não se alastrasse para o resto da cidade chegando às elites. Ainda nesse sentido:

(...) são esses segmentos mais pobres que vivem à margem na cidade que se constiuem em "classes perigosas" (grifo do autor) no sentido da vulnerabilidade do contágio, não somente pelos seus hábitos em desacordo com a "civilização", mas sobretudo porque suas precárias condições de moradia constituíam-se em elementos propagadores de epidemias e, por conseguinte, ameaçadores do projeto burguês moderno.(SARGES,1998, p. 142).

De acordo com esta autora, o projeto modernizador de Lemos também contava com grande influência do pensamento médico-higienista visto que o intendente "(...) considerava o clima da região um dos elementos favoráveis à proliferação das

epidemias, o que denota a influencia do pensamento higienista sobre a ideologia política e social da época". ( Sarges, 1998, p. 142). Contudo, fica mais claro ainda que os hábitos da população pobre que residia na cidade seriam o principal fator de alastramento de doenças.

Sobre a questão da guerra declarada pelo poder público aos cortiços, nos fala Trindade:

Definidos os lugares que cabiam aos pobres, aqueles que ousassem permanecer nos cortiços o fariam unicamente porque eram destituídos de padrões de honestidade e de moralidade. Partindo dessa absurda construção mental ligavam umbilicalmente os cortiços, e seus moradores à imoralidade. Tais conclusões inevitavelmente tornaram mais conturbado o cotidiano dos moradores dessas habitações "insalubres", rotulados à sua revelia como vagabundos, criminosos e prostitutas. ( TRINDADE,1999, p.87).

Assim, no processo de urbanização da cidade a população pobre tornou-se alvo de ações, dentre as preocupações as suas habitações ( em um decreto de 1905 mandou fechar, num prazo de 90 dias, todos os cortiços da imediações urbanas), a estratégia burguesa de construção de bairros operários para disciplinarização dos trabalhadores e repressão de seus hábitos como o de corar roupas) e ainda, proibindo a aglomeração de populares em locais públicos. A inspeção dos alimentos, construção de necrotério com a função primordial de isolar os cadáveres de vítimas de doenças, preocupação com os cemitérios, construção de forno crematório para o lixo, construção de uma matadouro modelo em vista da péssima carne consumida foram outras medidas tomadas, além do consórcio de poderosa empresa inglesa denominada " The Amazon Development Company Limited" para tratar da rede de esgotos da cidade o que evidenciava a forte ligação do governo com o capital Europeu. (SARGES, 1998).

Para Antonio Lemos, as obras realizadas por seus antecessores não correspondiam à altura da importância que a Praça da República e seu entorno significavam na paisagem urbana de Belém e de sua elevação à destaque nacional. Em seu discurso, Lemos enfatizava a importância de se dar mais atenção, exigindo maior

eficácia nos planos empreendidos no centro da cidade, vindo portanto a consolidar nesse espaço o "lugar" da modernidade na cidade de Belém. A importância dada ao saneamento, era também atribuída à todos, ou seja, uma verdadeira campanha (mediante a forte vigilância) em prol da projeção que desejava para a cidade. Como segue o relatório municipal de 1903 :

A idéia sanitária deverá ser, hoje em dia, a preocupação capital de todos de todos os cidadãos. Quanto mais se torna eficaz o saneamento duma cidade, maiores encantos e segurança adquire ela e mais atraente se faz para os visitantes estrangeiros.  
(LEMOS, 1903, p. 07 apud ANDRADE, 2003, p. 89).

Voltando à questão da área central da cidade para compreender um pouco da ação interventora de Antônio Lemos, deve-se considerar que alí existia uma enorme variedade de atividades sendo desempenhadas, além de uma heterogeneidade do seu público como ressaltado anteriormente. Andrade (2003) atribui à centralidade da Praça da República uma característica de maior importância em vista do estudo de outros espaços livres da cidade, no qual num primeiro momento se materializa (com a construção de equipamentos) e num outro se altera com melhorias (objetivando uma função específica) o espaço urbano de Belém. Por representar uma área de interesse comercial e também lugar de lazer das elites, necessário se fez a forte intervenção do poder público que evitasse a "mistura social" e atendesse ainda, aos interesses econômicos que despertavam tal espaço. Segundo Andrade:

A partir do século XIX esta área, e seus arredores imediatos concentravam as atenções da sociedade (esclarece-se, a elite seringalista) e dos intendentes municipais sob diversas perspectivas. A construção de uma "formação discursiva" (gifo do autor) nesta direção era clara e há indícios históricos, repletos de referências que revelam esta tendência, este objetivo, de submeter o antigo Largo da Pólvora a um radical plano de reformulação, pois uma área central como aquela, que abrigava uma casa de espetáculos do porte do Teatro da Paz, não poderia continuar com uma paisagem descontextualizada de sua "real" (grifo do autor) importância. Portanto, entende-se que, no censo

comum da sociedade belenense daquele período, estava claro que a praça, as avenidas periféricas, as edificações ao seu redor, enfim, esse recorte de paisagem, estava sendo elevada à categoria de futuro "cartão de visita da cidade" ( grifo do autor). ( ANDRADE, 2008, p. 111).

Assim, se destaca a presença de diferentes atores sociais no seu centro, que entendo como um lugar de concentração e por isso, um locus muito privilegiado de análise da sociedade naquele momento destinto, em que Belém estava vivendo uma espécie de investimento na cidade com os ganhos advindos da sua economia e do crescimento urbano.

A administração Lemista de fato conseguiu realizar o projeto de modernizar a cidade contudo, tal projeto longe de representar "o tempo áureo de Belém", o que comumente ouvimos dizer através de falas saudosas, significou um período de forte política repressora que continha em seu bojo uma clara diferenciação desse espaço com consequente ação disciplinatória sobre a população que a frequentava ou circundava. A reação da população às políticas implementadas pela intendência municipal podem ser observadas numa resistência demonstrada principalmente pela permanência dessa população em suas habitações constantemente alvo dos relatórios inspecionistas de saúde, das suas atividades cotidianas, de trabalho, dentre outras consideradas marginais como a prostituição, "vagabundagem" ou atividades de puro divertimento.

Antônio Lemos está no imaginário belenense como o grande bem-feitor da cidade, embora envolto a polêmicas que giraram em torno dos seus hábitos pouco adequados para a realidade Amazônica, sua rígida política dirigida aos pobres e de favorecimento da elite, sua saída da cidade de forma vergonhosa ( foi escurraçado por uma população revoltada e a partir daí passou a morar no Rio de Janeiro, retornando suas cinzas para a cidade em 1988) ou até mesmo nas estórias de fantasma do "velho Lemos" que rondavam a cidade em sua época mais pacata, cobrando das autoridades políticas atuais as ações que ora seus habitantes evocavam em merecimento da cidade.

### 3. Considerações Finais

O presente trabalho buscou demonstrar a partir de um espaço central da cidade de Belém, a Praça da República, a construção de um projeto de segregação social no contexto de urbanização e modernização das cidades no final do século XIX e início do XX. Ao eleger este espaço, pretendeu-se dar visão a uma área da cidade que até os dias atuais se faz heterôgenea, mas que contudo, desde a sua criação, foi alvo de interesses econômicos e políticos, congregando uma gama de atores sociais disputando aquele espaço.

Na análise realizada pelos referidos autores que trabalharam a urbanização de Belém, fica marcada a presença de outros atores sociais que não os eleitos pelo discurso oficial, ou seja, não apenas famílias de seringalistas moravam ou frequentavam aquele espaço. Na realidade, o que se tem é uma parte da cidade de suma importância com alguns palacetes sendo construídos e a possibilidade de se utilizar melhor essa área tão central, para isso sendo importante primeiramente resolver o problema que consistia na presença de "indesejáveis", famílias de trabalhadores, lavadeiras, pensões com numerosa quantidade de moradores, prostitutas e "vagabundos" como chamados pelas autoridades. Portanto, vemos no espaço da Praça da República o início de um processo de segregação social na cidade, com forte política de repressão sobre a população para a utilização das melhorias empreendidas pelo governo.

Assinalo como essenciais no processo para elaboração deste trabalho, a leitura dos autores que trabalharam a ótica higienista para análise do período, embora tais trabalhos não tenham utilizado como fonte propriamente a documentação médica do período. Conceitos tais como disciplinarização e ordenamento da cidade também se procurou trabalhar, o que numa esfera de estudo mais detalhado pode ser investigado a partir do conceito de Poder e sua utilização pelos Estados ou Instituições.

O higienismo confere uma marca à urbanização da cidade moderna no Brasil, porque associado ao discurso médico estavam outros valores que expressavam a necessidade de se "criar" ambientes sadios e por que não dizer, ambientes que fossem mais propícios à formação de trabalhadores mais disciplinados para o crescente mercado de trabalho da então instaurada República. O que marca a urbanização ocorrida nas cidades brasileiras na virada do século XIX para o XX, não é o propósito

de melhoria das condições de vida da população, mas sim um discurso carregado de ideologia moralizante que irá combinar a intervenção pública, certa filantropia ( com a criação de institutos ligados ao cuidado da mulher e da infância) e o saber médico.

Assim, importante é observar que a cidade poderia representar, à certa altura, diante das epidêmias, falta de planejamento especializado e "incivilidade" do povo, a falência do projeto progressista que a burguesia industrial idealizava para o país. Assim como procuravam formar uma identidade em relação à raça, através do embranquecimento, procuravam no meio urbano a consecução de um projeto moderno, civilizado e capaz de garantir um corpo dócil e de preferência limitado no próprio uso do espaço urbano. Daí as intervenções empreendidas pelos governos, na tentativa de adequar o uso da cidade com normas disciplinadoras e, na maioria das vezes, violentas contra a população pobre. Quando tratamos de higienismo, portanto, se pretende evidenciar o conjunto de ações empreendidas pelo Estado contra a população, se valendo de um saber científico que na verdade sustentava o poder de uma classe dominante contra outra.

Uma vez que percebemos uma série de ações dirigidas principalmente à população pobre, no sentido de disciplinar e limitar a sua permanência no espaço da Praça da República, podemos também identificar um discurso que legitimou tais ações. Embora se tenha procurado enfatizar nesse trabalho o discurso higienista, como ressaltamos acima, nas leituras realizadas ficou mais explícito o discurso progressista ou de civilidade do intendente Antonio Lemos, principal articulador dessa política em Belém. Assim, a influência dos "discursos médicos" em sua política constitui uma questão a ser mais cuidadosamente estudada, acreditando que tal discurso foi de fundamental importância para o processo. O discurso progressista contudo, teve como relevante em sua análise outro aspecto, qual seja, novas formas de exercer o controle e o poder dos governos e elites nas novas configurações da cidade moderna, pensadas também para a disciplinarização do homem enquanto força de trabalho.

Na política engendrada por Antônio Lemos fica claro o caráter ideológico pautado na civilidade e racionalidade. Embora seja comum ao seu discurso o "cuidado ao povo de Belém", suas medidas enquanto disciplinatórias são cumpridas e cobradas em seus relatórios, correndo o risco de seus funcionários, que não o fizessem bem, a perda de função na intendência. Sua conduta era rígida e não paternalista, sua política

pautada num posicionamento de homem da ciência. Ao tornar por exemplo o código de posturas da cidade em "código de polícia municipal", inaugura uma nova forma de tratar a questão urbana ou de "harmonização" da cidade como pretendia: caso de polícia, com previsão de sanção ao seu não cumprimento. A política Lemista, portanto, pautou-se no forte intento de tornar Belém uma cidade higiênica e disciplinada, imprimindo uma forte campanha de moralização, ordenamento, e ainda a idealização de um modo de ser civilizado conforme os ditames europeus.

Entendo este período da administração lemista como um legado monumental na memória social Belenense, monumental enquanto formadora de uma referência estética, de um símbolo, de comportamento e de idealização que perdura nos discursos das velhas elites ainda presentes na região, ou seja, não necessariamente positiva. Contudo, diante da Praça da República, seus canteiros e Teatro, fato é que seu valor arquitetônico e cultural são representativos também do legado da administração de Antônio Lemos.

A Praça da República ainda hoje é palco de muitas manifestações políticas e culturais na cidade. Aos domingos, abriga uma feira de produtos artesanais. No Teatro da Paz apresentações de espetáculos, óperas, shows. Ainda na praça, o Teatro Waldemar Henrique, e em suas mediações o Teatro Cuíra, um teatro alternativo formado por artistas que reivindicam uma política cultural que dê voz aos artistas marginais, fora dos editais lançados pelos governos municipais e estaduais. Nas ruas do antigo bairro da Campina ainda vivem mulheres em seus prostíbulos, bares, além da violência e droga muito comum na região. O contraste ainda é facilmente observado, ao redor da praça prédios de alto padrão, hotéis, ruas muito arborizadas e movimentadas e no seu entorno, uma população pobre vista como enclave, num processo histórico que sempre preocupou-se em beneficiar com melhorias aquele espaço central, sem necessariamente realizar ali políticas que incluíssem tal população.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Valcir Rubens Oliveira de. **Antônio Lemos e as obras de melhoramentos urbanos em Belém: A Praça da República como estudo de caso.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. RJ, 2003. (Dissertação de Mestrado).

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe Operária e projetos de identidade coletiva. In: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENCHIMOL, Jaime. **História da Febre Amarela no Brasil. Notas Prévias.**

Manguinhos, jul-out 1994, v.I (10, pp. 121-124. Disponível:

<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n1/a10v01n1.pdf>

BENCHIMOL, Jaime. Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, Economia e Capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 1997, v. 1, pp. 439-510.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no séc. XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRESCIANI, Maria Stella (org). **Imagens da Cidade: séculos XIX E XX.** ANPUH. São Paulo: Marco Zero. FAPESP, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro na Belle-époque:** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANCELA, Cristina Donza. “Uma cidade... muitas cidades: Belém na economia da borracha”. In: **Conheça Belém, co-memore o Pará.** Belém: EDUFPA, 2008, P.79-81.

DERENJI, Jussara. A seleção e exclusão no meio urbano. In: **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Col. Eduardo Galvão, Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém-Pa, 1994.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: valer, 1999.

FARIAS, Willian Gaia. **A construção da República no Pará (1886-1897)**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado (História Social). Universidade Federal Fluminense, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. São Paulo: PUC/Olho D'água, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad: Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FULLER, Claudia Maria. Os corpos de trabalhadores: políticas de controle social no Grão-Pará. In: **Revista Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia**. Vol. III, n.1, 2008. Belém: Açai, 2008.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)**. Belém: Açai, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncoras de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. São Paulo: EDUSC, 2005.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PASSAMAI, Zita Rosane. “Metáforas visuais da cidade”. **Urbana, ano 2, n° 2, 2007. Dossiê: cidade, imagem, História e interdisciplinaridade**. P. 1-11. CIEC/UNICAMP. Disponível:

[http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/\[13\]URBANA2\\_POSSAMAI.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/[13]URBANA2_POSSAMAI.pdf)

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade Disciplinar- Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas produzindo a Belle Epoque. Belém do Pará (1870-1910)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira. Os Açougueiros e Açougues da Cidade: transformações urbanas, normas de conduta e a higienização dos alimentos. In: **Nas tramas da “escassez”: o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém 1897-1909**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SILVEIRA, Ítala B. Cabanagem: uma luta perdida. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

SIMMEL. Georg. As grandes cidades e a vida do Espírito (1903). In: *Mana* 11 (2), 2005, pp. 577-591.

RITZMANN, Iracy Gallo. **Belém: cidade miasmática ( 1878-1900)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História, 1997. (Dissertação de Mestrado).

TRINDADE, Jose Ronaldo. Introdução. In: **Errantes da Campina: Belém, 1880-1900**. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em História, 1999. (Dissertação de Mestrado). Disponível:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000189630&fd=y>

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.